(Direitos humanos e educação)

Parceiro da escola: empresariamento da educação e disputa de projetos

Fernanda Amorim dos Santos[1]
Eliete Cristina dos Santos[2]
Victor Lucas Figueiredo da Silva[3]
Vinícius Augusto Marques dos Santos[4]
Adriana Medeiros Farias[5]

Resumo. O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisas desenvolvidas sobre empresariamento da educação e o programa Parceiro da Escola. O trabalho objetiva analisar o programa como parte da atuação do empresariado na definição das políticas educacionais para constituição da hegemonia burguesa, bem como as formas de contestação e disputa contra-hegemônica. Foi utilizado análise documental e revisão bibliográfica, sustentada no materialismo histórico-dialético na matriz gramsciana. Como resultados parciais, identifica-se que o programa cumpre com a agenda empresarial para a educação ao se inserir na escola pública como nicho de mercado, mas que a disputa está colocada em ações sindicais.
Palavras-chave: Programa Parceiro da Escola; Empresariamento da Educação; Estado Ampliado; APP-Sindicato; Hegemonia.

Abstract: This essay presentes partial results from researches about *empresariamento* of education and the *Parceiro da Escola* program. It aims to analyze the program as part of business Community action to define educational politics for bourgeoise hegemony, as well as the objection an struggle for counter-hegemony. It has used document analysis and bibliographic review, based at

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (PPEdu/UEL). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH/UEL). E-mail: fernanda.amorim@uel.br.
[2] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Estudante de Iniciação Científica e integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). E-mail: eliete.santos35@uel.br.
[3] Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias.
[4] Mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (PPGeo/UEL). Integrante do Núcleo Teoria Anticolonial (IGESC/UFU) e do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH/UEL).
E-mail: vi.augusto2022@uel.br
[5] Professora Associada do Departamento de Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu), da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp). Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH).
E-mail: adrianafarias@uel.br.

Gramsci matrix of historical-dialectical materialism. As partial results, it identifies that the program complies with the business agenda for education when entering at public education as market niche, but the labor union actions establishes contestation.
Keywords: *Parceiro da Escola* Program; *Empresariamento* of education; Expanded State; *APP-Sindicato*; Hegemony.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar resultados parciais obtidos ao longo de pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias da Universidade Estadual de Londrina (GPHE/UEL) sob orientação da Profª. Drª. Adriana Medeiros Farias. Com o objetivo de compreender o Programa Parceiro da Escola, proposto pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná (Seed/PR) como parte do processo de empresariamento da educação, a partir de 2023, ano em que fora proposto o projeto piloto do programa.

Amparado na teoria marxista e gramsciana, a perspectiva assumida do materialismo histórico-dialético fornece não só as chaves de interpretação, a partir de categorias como Estado Ampliado, mas também uma análise sustentada na relações entre classes sociais na construção da hegemonia como processo instável e em constante disputa, o que permite traçar caminhos de contestação, a exemplo da campanha “Não venda minha escola”, produzida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato), que demarca a frente de resistência ao projeto supracitado.

Para tanto, a pesquisa se utiliza de análise documental, em vista de identificar a atuação empresarial na definição das políticas públicas no âmbito do Paraná, a partir da análise de documentos legais, matérias jornalísticas, relatórios, dentre outros além de revisão bibliográfica, com vista à dar sustentação à análise e compreensão dos fenômenos analisados. Com isso, busca-se desvelar a atuação empresarial seja pela ação das empresas, como o caso do Programa Parceiro da Escola em que as empresas passam a assumir diretamente a gestão escolar, seja pela atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), que atuam na definição das políticas educacionais. No entanto, a compreensão das ações de hegemonia levadas a cabo pelas diferentes frações da classe dominante também

exige a construção dos caminhos de contestação e de construção de processos contra-hegemonicos.

A utilização da perspectiva de Estado em sua concepção ampliada, proposta por Gramsci (2024) permite identificar a relação entre a Sociedade Civil e a Sociedade política (Estado em sentido restrito) como delineadora das políticas educacionais empresariais. Estado Ampliado, mais do que uma categoria de análise, é utilizada ao longo das pesquisas como ferramenta metodológica:

> Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil (Mendonça, 2014, p. 38).

Para tanto, faz-se necessário compreender as dinâmicas relacionais entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto na constituição da hegemonia burguesa, quanto na sua disputa por parte de projetos antagônicos de sociedade. É a esse desafio que o texto se propõe, ao apresentar os resultados parciais das pesquisas, de expor e analisar as relações na produção do Estado e das políticas para a educação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Caracterização do programa Parceiro da Escola

O programa Parceiro da Escola, instituido como lei 2025 pela Lei Estadual nº 22.006 de 2024, está sendo implementado pela Seed/PR desde 2023, sob o governo do estado de Carlos Massa (PSD), por meio do projeto-piloto, em que empresas assumiram a gestão administrativa de duas escolas estaduais, uma no município de Curitiba e outra em São José dos Pinhais. O Programa se propõe a melhorar a qualidade da educação a partir da entrada de empresas na gestão administrativa das escolas públicas elegíveis, com verificação realizada a partir de índices. Ao atribuir a gestão escolar a essas empresas, o que se prioriza são metas e valores de natureza empresarial em detrimento dos processos educativos sob o

escopo da gestão democrática. Ao caracterizar o programa, apresentando os avanços da proposta, Ednéia Chilante, Adriana Farias e Michelle Lima destacam:

> Diante da aprovação desse Programa que pode, inclusive, ser implementado em todas as escolas públicas do estado, torna-se necessário o esclarecimento quanto às implicações desse modelo de gestão empresarial privatista para a organização do trabalho pedagógico, da gestão escolar e do processo de ensino e aprendiza gem dos estudantes, objetivo principal da escola, assim como para a função social da escola pública (2024, p. 8).

Nesse cenário, a educação desvia-se de sua função social e humanizadora, ao ser direcionada por uma lógica de mercado. Ao estabelecer que o projeto será monitorado por avaliações em larga escala, o programa determina uma ação pedagógica focada em ranqueamentos e na produção de índices estatísticos, submetendo o ambiente escolar a uma racionalidade gerencialista. A ação pedagógica fica determinada a um plano de metas, a ser verificado e implementado por empresas privadas. Nos dizeres da Seed/PR:

> Esta iniciativa visa otimizar a gestão administrativa e de infraestrutura das escolas através de parcerias com instituições especializadas em gestão educacional. O objetivo é permitir que diretores e gestores se concentrem mais na qualidade educacional, desenvolvendo metodologias pedagógicas, treinando professores e acompanhando o progresso dos alunos (Paraná, *online*).

O Programa também prevê a contratação de docentes em regime CLT, o que retira do Estado a função de seleção e contratação via concurso público, dando estabilidade ao docente, fundamental ao desenvolvimento de uma educação democrática. A empresa contratada também deve estabelecer um plano de metas a ser cumprido e verificado periodicamente por índices, atribuindo a essa empresa o papel de vigilância quanto à chamada qualidade pedagógica, atribuída apenas aos índices resultantes das avaliações.

Nos seus materiais, a Seed/PR afirma não se tratar de privatização, haja vista que a escola não está sendo efetivamente vendida à iniciativa privada, por ser apresentada como uma parceria (Paraná, s/a, s/p). No entanto, sob a égide empresarial na determinação da estrutura escolar e com a perspectiva de lucro por

parte dessas empresas, a escola fica subsumida ao sistema empresarial de gestão. Ao questionar os aspectos dessa proposta, a APP-Sindicato apresenta que:

> O projeto que deu origem ao Parceiro da Escola foi aprovado em regime de urgência no início de junho deste ano pela Assembleia Legislativa. Sem debate com as comunidades escolares [...] o governador Ratinho Jr. impôs mais uma vez sua agenda privatista. [...] Diferente das informações divulgadas pelo governo, os relatos de educadores(as) denunciam uma série de problemas gerados após a entrega para gestão privada, como falta de professores(as) e funcionários(as) de escola, estrutura precária, uniformes de péssima qualidade e aumento nos casos de violência dentro e fora da escola. Outra questão apontada pela APP é sobre o repasse de recursos da educação pública para dar lucro a empresas privadas. A estimativa é de que as empresas que forem selecionadas devem receber quase R$ 2 bilhões por ano e ter um lucro estimado em R$ 240 milhões. (APP-Sidicato, 2024, *online*).

O processo de empresariamento da educação, categoria de análise usada ao longo da pesquisa, permite observar processos mais amplos que a privatização direta, ao direcionar o olhar para a implementação da lógica empresarial na determinação das políticas educacionais. Trata-se de compreender as “formas de dominação burguesa por meio das práticas de hegemonia” (Farias, 2022, p. 635) materializadas em políticas educacionais, programas, ações, dentre outros, que, ao lograrem êxito na produção de consenso quanto à perspectiva empresarial de educação, reorganizam a hegemonia burguesa a partir das novas demandas do capital.

A entrada do empresariado com um produto educacional, nesse caso, a gestão escolar, inscreve o programa em um processo em que a educação se torna nicho de mercado e o poder público seu principal cliente. Ao abrir espaço para novos produtos empresariais no âmbito da escola pública, o governo sustenta a massificação desses produtos, dando escala. Nesse sentido:

> A educação é mercadoria para os capitalistas que veem a educação pública (básica e superior) como mercado em expansão e o poder público como principal cliente. O poder público foi e continua sendo o principal cliente das editoras na compra de livros didáticos, de empresas de equipamentos tecnológicos, de platafor mas e “sistemas de ensino” (Farias, 2024, p. 11).

No entanto, para que o programa se sustente, é necessário que a

comunidade escolar, que é chamada a votar pela aprovação da gestão privada, reconheça nessa forma de gestão a mais adequada. Para tanto, o discurso da eficiência e dos resultados sustenta uma proposta de caráter empresarial para a escola. Ao buscar construir um consenso junto à opinião pública não só da viabilidade, mas da necessidade da gestão empresarial como a mais adequada para a escola pública, a gestão da Seed/PR sustenta uma perspectiva de que essa é a única alternativa de sociedade, como Mészáros apresenta:

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2008, p.35).

Apesar de buscarem construir uma imagem de adesão voluntária e concordância por parte do coletivo escolar, como pode ser percebido em afirmações como “90% dos pais e educadores aprovaram o novo modelo, destacando a melhoria na infraestrutura e na qualidade do ensino” (Paraná, s/a, s/p), levantamentos da APP Sindicato indicam que há resistência e rejeição à implementação do Programa:

> De acordo com a APP-Sindicato, que compilou os resultados, 83 escolas rejeitaram a proposta de transferir a gestão administrativa para empresas privadas. Apenas duas unidades votaram a favor, e em 11 o quórum mínimo de participantes não foi alcançado (Rodrigues, 2025, s/p).

Ainda que a Seed/PR busque dar uma roupagem democrática à ação, o que se expressa é um processo autoritário, que fere as bases legais da educação pública como direito amparado no princípio da gestão democrática. O programa, levado à cabo apesar da ampla rejeição das comunidades escolares, bem como das denúncias apresentadas pela APP-Sindicato, expressa o caráter coercitivo do programa, que segue sendo efetivado nas escolas, apesar das rejeições.

2.2 Construir a contra-hegemonia: Não venda minha escola!

Como forma de denunciar as ações do governo em vista de aprovar de forma autoritária o programa em diversas escolas, bem como o antagonismo da proposta com uma perspectiva humanizadora, com qualidade socialmente referenciada para a educação, a APP Sindicato lançou a campanha “Não venda minha escola”, que divulga materiais, promove protestos e auxilia as comunidades escolares a construirem resistência frente à entrada de empresas privadas com fins de lucro na gestão das escolas públicas.

Figura 1 – Campanha “Não venda a minha escola”



Fonte: App-Sindicato, 2024, s/p.

Em vista de disputar o consenso quanto à perspectiva de educação que deve sustentar a escola pública, a APP-Sindicato conduziu a produção de um caderno de debates intitulado “Política educacional paranaense: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate” (2024), organizado com a participação “pesquisadores de cinco universidades públicas do estado do Paraná (UNESPAR, UEM, UEL, UFPR, UFFS) e professores(as) da rede básica de educação pública do estado e dirigentes da APP-Sindicato” (Denez, 2024, p. 5). Esse material

foi elaborado para atender a uma demanda formativa:

> Com o objetivo de contribuir para o debate e apresentar análises a respeito de importantes aspectos do campo educacional, o Observatório da Educação do Curso de Pedagogia da Unespar, campus de Paranavaí, e o Programa de Formação da APP-Sindicato organizaram o processo formativo para o segundo semestre de 2024, no formato de grupos de estudos, com os 29 Núcleos Sindicais da APP-Sindicato quando se dedicarão ao estudo do Programa, junto à comunidade escolar (Denez, 2024, p. 5).

Figura 2 – Caderno de debates da APP-Sindicato



Fonte: APP-Sindicato, 2024, capa.

Com temas que abrangem a discussão teórica sobre empresariamento da educação, a exposição e análise crítica sobre o programa Parceiro da Escola, de diferentes dimensões da entrada empresarial na escola pública, direito à educação, gestão privada de educação pública, dentre outros, o caderno se constitui como parte de um processo de produção crítica e formação. Não se propõe a ser um resultado final, muito menos de esgotar as discussões sobre o programa. Mas constitui um movimento com desdobramentos importantes para a produção de conhecimento que

sustente a ação docente, bem como o compromisso com a defesa da escola pública.

Os debates conduzidos nos núcleos sindicais permitem que as discussões apresentadas no caderno possam ser aprofundadas e as análises revistas, a partir da realidade da docência nas escolas, tenham sido elas entregues à iniciativa privada ou não. Além disso, compromete a universidade com a produção de conhecimentos amparada na relevância social, bem como envolve o corpo docênte das escolas na produção de análises e críticas à educação vivenciada.

Essa iniciativa demarca a disputa pela hegemonia no âmbito da educação, executada por meio da organização sindical. Sob a compreensão gramsciana, construída ao longo dos Cadernos do Cárcere (2024), a hegemonia é um processo de equilíbrio instável e passível de constante disputa, em que toda "relação de «hegemonia» é necessariamente uma relação pedagógica" (Gramsci, CC 10, § 44, 2024, p. 1443). Desse modo, a APP-sindicato demonstra que cabe a disputa quanto ao projeto de educação a ser materializado no âmbito da escola pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade da hegemonia burguesa no âmbito da educação está calcada em um processo de empresariamento da educação que encontra no poder público o principal cliente para os chamados "produtos educacionais", como materiais didáticos, plataformas, sistemas educacionais, dentre outros. Sob esse escopo, a expressão do empresariamento não se dá pela venda direta das escolas públicas para empresas, mas da abertura de nichos de mercado no interior da estrutura das escolas públicas, que passam a operar sob a égide do empresariado. O programa Parceiro da Escola, executado no estado do Paraná pela Seed/PR é uma das expressões desse processo.

Ao permitir a venda em escala dos produtos educacionais, o poder público se torna o principal cliente. Nesse sentido, tonar lei o programa Parceiro da Escola, com vistas à ampliar sua entrada nas escolas públicas, direcionando grandes montantes de verba que poderiam estar sendo investidos diretamente nas escolas, demarca essa capacidade de dar escala aos produtos. Para tanto, é necessário que

a opinião pública sustente, de forma consensual, a entrada da gestão empresarial na escola.

No entanto, a hegemonia não é um processo estável, haja vista que está em constante disputa por diferentes projetos de sociedade. Nesse sentido, a denúncia contra o aspecto antidemocrático do projeto e a contradição com a perspectiva de uma educação pública de gestão pública, amparada pela gestão democrática, faz-se etapa fundamental na disputa pela hegemonia na educação.

As formações propostas pela APP-Sindicato a partir desse tema, bem como a campanha Não venda a minha escola, ainda seguem produzindo seus frutos, com novas produções que se desdobram das formações. Desse modo, ainda que o programa não tenha sido derrubado, o levantamento de dados com relação ao seu efeito, bem como a articulação entre as universidades, a organização sindical e a formação de professores e da comunidade escolar se mostra um processo importante de construção de outra escola possível, amparada em valores democráticos, que tenham como objetivo final a formação humana e emancipadora.

4 REFERÊNCIAS

APP-Sindicato. **Não venda minha escola**. 2024. Dispoível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Placas_nao_venda_minha_escola.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

APP-Sindicato. Governo Ratinho Jr. admite “esforço” para criar condições que darão lucro às empresas com a privatização de escolas. **APP-Sindicato**, 18 set. 2024. Disponível em: https://appsindicato.org.br/governo-ratinho-jr-admite-esforco-para-criar-condicoes-que-darao-lucro-as-empresas-com-a-privatizacao-de-escolas/. Acesso em: 09 abr. 2026.

CHILANTE, Ednéia Navarro; FARIAS, Adriana Medeiros; LIMA, Michelle Fernandes. Programa Parceiro da Escola: o que você precisa saber sobre mais uma ação privatista do governo ratinho. In: DENEZ, Cleiton Costa et. Al. (org). **Política educacional paranaense**: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf. Acesso em: 09 abr. 2026.

DENEZ, Cleiton Costa. Apresentação. DENEZ, Cleiton Costa et. Al. (org). **Política educacional paranaense**: a transformação da escola pública em mercadoria:

coletânea de textos para debate. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf. Acesso em: 09 abr. 2026.

FARIAS, Adriana Medeiros. O empresariamento da educação pública: Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 13, n. 38, p. 634 a 653, ano 2022.

FARIAS, Adriana Medeiros. Empresariamento da Educação Pública: quando a educação é mercadoria e o poder público é cliente preferencial. In: DENEZ, Cleiton Costa et. Al. (org). **Política educacional paranaense**: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf. Acesso em: 09 abr. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Coleção Cadernos do Cárcere**. Tradução IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/8b7824d91b934722a91965268bb21142?fileName=Cole%C3%A7%C3%A3oCadernosdoC%C3%A1rcere.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014. Disponível em: https://doi.org/10.62782/2318-9657.2014.35. Acesso em: 09 abr. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARANÁ. Casa Civil. **Programa Parceiro da Escola tem mais de 86% de aprovação dos pais**. Curitiba, 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.casacivil.pr.gov.br/Noticia/Programa-Parceiro-da-Escola-tem-mais-de-86-de-aprovacao-dos-pais. Acesso em: 26 mar. 2026.

PARANÁ. [Lei Ordinária nº 22006, de 4 de junho de 2024]. **Institui o Programa Parceiro da Escola na rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná**. Leis Estaduais, 2024. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-22006-2024-parana-institui-o-programa-parceiro-da-escola. Acesso em: 09 abr. 2026.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Programa Parceiro da Escola**. Curitiba: SEED, [2024?]. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola. Acesso em: 26 mar. 2026.

RODRIGUES, Franciele. Comunidade escolar disse não, mais uma vez, ao programa de Ratinho Jr. de gestão privada em escolas estaduais do Paraná. **Brasil de Fato Paraná**, Curitiba, 19 abr. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/11/19/votacoes-rejeitam-mais-uma-vez-o-programa-de-ratinho-jr-de-gestao-privada-em-escolas-estaduais-do-parana/. Acesso em: 09 abr. 2026.